

# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

# EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2018

#### ÍNDICE

- 1 PREAMBULO
- 2 OBJETO
- 3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO MÁXIMO
- 4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 5 IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
- 6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7 CREDENCIAMENTO
- 8 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 9 DOS CRITÉRIOS E DOS ITENS COM COTAS E EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E
   MEI
- 10 DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA
- 11 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 12 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 13 DA NEGOCIAÇÃO
- 14 DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL
- 15 DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DAS AMOSTRAS
- 17 DA HABILITAÇÃO
- 18 DOS RECURSOS
- 19 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 20 DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 21 DO PEDIDO PARCELADO DO OBJETO
- 22 CONDIÇÕES DE ENTREGA E PARCELAMENTO DO OBJETO
- 23 LOCAIS DE INSTALAÇÃO
- 24 SUSTENTABILIDADE



- 25 DOMPRAZO DE VALIDADE E OU GARANTIA
- 26 DECLARAÇÃO DE VISTORIA
- 27 INSTRUMENTO CONTRATUAL
- 28 GARANTIA CONTRATUAL
- 29 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 30 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 31 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 32 DAS SANÇÕES
- 33 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
- 34 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 35 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 36 MEDIDAS ACAUTELADORAS
- 37 ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO
- 38 CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 39 DISPOSIÇÕES FINAIS



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXOS DO EDITAL**

- ANEXO I TERMO DE REFERENCIA
- ANEXO II MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO III MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO V DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO VI DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –

  ARTIGO 7 INCISO XXXIII
- ANEXO VII DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL
- ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO IX DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

# EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2018

Processo Administrativo Nº 23.196/2018

Apensos: 24.612/2018 e 25.032/2018.

#### 1. PREAMBULO

- 1. O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da pregoeira nomeada através do Decreto nº 607/2018, publicado no DOM em data de 09/01/2018, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Sistema Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFANTIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA TIPO PLAYGROUND, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos dos Nº 23.196/2018, 24.612/2018 e 25.032/2018 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 445/2017, 683/2018 e 816/2018 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.
- 1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, coordenador do



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <a href="www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a>, conforme datas e horários definidos:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO	ATÉ AS 09:00 HRS DO DIA 23/11/2018
PROPOSTAS	ATE AS 09.00 HRS DO DIA 25/11/2016
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA	10:00 HDS DO DIA 22/11/2010
DA SESSÃO PUBLICA	10:00 HRS DO DIA 23/11/2018

- 1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas do 2° (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 4 do presente Edital.
- 1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail's: cpl.paranagua@hotmail.com; cpl@paranagua.pr.gov.br e as respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.
- 1.6.1. O pregoeiro deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil, após o recebimento.
- 1.7. Os atos e decisões da presente licitação poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: <a href="www.paranagua.pr.gov.br">www.paranagua.pr.gov.br</a>, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.
- 1.8. O edital e seus Anexos podem ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, recursos Humanos e Abastecimento da Prefeitura Municipal



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

de Paranaguá – PR das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, e disponíveis para download no site <a href="www.paranagua.pr.gov.br">www.paranagua.pr.gov.br</a>, no link Transparência – Licitações Municipais.

#### 2 - OBJETO

- 2.1 Constitui objeto da presente licitação a formação de Registro de Preços para Futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFANTIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA TIPO PLAYGROUND, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência, e demonstrativo contido no Anexo I, deste Edital.
  - 2.1.1- A licitação será de 10 lotes, conforme tabela constante do item 03 deste edital.
- 2.2 A existência de preços não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir ficar facultada a realização de licitações para a aquisição de um ou mais lotes, ( quando for o caso), nos termos do §4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.
- 2.3 A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

# 3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO MÁXIMO

3.1 Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
SEMAS	18.003.2183.1000.4490 52 1000
SEMEDI	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1104
	11.02.12.365.0017.1018.4490521000 - 1104



	11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1104
	11.03.12.361.0016.1017.4490521000 - 1104
	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1103
	11.02.12.366.0024.2284.4490521000 - 1103
	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1107
	11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1107
SEMSU	16.1.2145.449052.1000 1000

- 3.2 Por força da Constituição do Estado do Paraná disposto no art. 27, inciso XXI, resta fixado em até R\$ 731.712,44 (setecentos e trinta e um mil, setecentos e doze reais e quarenta e quatro centavos), o preço máximo estimado da futura contratação.
- 3.3 O preço total fixado para a futura contratação é estimativo, uma vez que a quantidade máxima poderá não ser atingida durante a vigência da avença, não cabendo à licitante quaisquer direitos caso o limite previsto não seja alcançado.

	COTA 25% EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM	
1	UND	BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO-	3	R\$	R\$	
		Estrutura em aço reforçado; - Pintura		11.254,17	33.762,51	
		epóxi permitindo maior durabilidade; -				
		Suporte da cadeira envolvido por tubos				
		de aço garantindo maior segurança – A				
		cadeira de rodas é colocada no balanço				
		pela parte lateral do balanço através de				
		uma plataforma em forma de rampa O				
		movimento de balanço feito através de				
		tubos de aço, em vez de correntes onde				



		o balançar é desordenado.			
		* Rampa de acesso inclusa			
		* Dimensões aproximadas: comprimento:			
		2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m			
		* Capacidade de carga até 100 kg			
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante.			
		*DENTRO DAS NORMAS DE			
		SEGURANÇA DA ABNT			
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA			
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR			
		QUÍMICO OU CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			
		BALANÇO FRONTAL ADAPTADO -			
		Estrutura em aço reforçado; - Pintura			
		epóxi permitindo maior durabilidade; -			
		Suporte da cadeira envolvido por tubos			
		de aço garantindo maior segurança; - A			
		cadeira de rodas é colocada no balanço			
		pela parte traseira para facilitar o acesso			
		O movimento de balanço feito através			
		de tubos de aço, ao invés de correntes			
		onde o balançar é desordenado.			
		* Dimensões aproximadas: altura: 1,70		R\$	R\$
2	UND	mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40	4	9.823,33	39.293,32
		mts.		0.020,00	00.200,02
		* Capacidade de carga de até 180 kg			
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1			
		pessoa não cadeirante *DENTRO			
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA			
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			



		CARROSSEL ADAPTADO -Estrutura			
		em aço reforçado, pintura em epóxi, base			
		de sustentação formada por um anel			
		circular primário e anel secundários			
		ligados por nervuras que convergem para			
		o centro, os receptáculos onde ficam as			
		cadeiras de rodas possuem grades de			
		proteção e freios para as rodas traseiras			
		das cadeiras, guarda-sol e plataforma em			
		fibra de vidro reforçado e colorido, a base			
		possui rebaixos para as rodas da cadeira			
		de rodas e com rolamentos blindados no		D¢	D¢
3	UND	eixo central.	3	R\$	R\$ 33.999,99
		* Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m		11.333,33	33.999,99
		diâmetro: 2,20 m			
		* Capacidade de carga de até 200 kg			
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2			
		pessoas não cadeirantes *DENTRO			
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA			
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
4	UND	CONTA DA CONTRATADA.  GANGORRA ADAPTADA -Estrutura	3	R\$	R\$
4	UND	tubular em aço, sistema de trava para	3	8.235,00	24.705,00
		prender a criança ao banco.		0.233,00	24.703,00
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x			
		0,75 alt.			
		* Capacidade de carga de até 180 kg			
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2			
		pessoas não cadeirantes *DENTRO			
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA			
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			
		GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES -			
		Produzido em tubos 31 mm - DIN 2440,			
		preparados em pintura eletrostática			
		Chapas antiderrapantes em alumínio e			
		assentos em polietileno micronizado e			
		roto moldado com proteção anti-uv e			
		antiestético, diâmetro aproximado de			
		2450 mm.			
		* Travas para que o usuário não se			
		desloque durante o uso rampas de			
		acesso para o usuário.			
_	LINID	* Projetado para que o próprio usuário	0	R\$	R\$
5	UND	cadeirante possa utilizar sem ajuda de	3	9.730,00	29.190,00
		terceiros.			
		OBS.: capacidade para até seis usuários			
		sendo dois cadeirantes e quatro pessoas			
		não cadeirantes.			
		*DENTRO DAS NORMAS DE			
		SEGURANÇA DA ABNT			
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA			
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR			
		QUÍMICO OU CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			

R\$ 160.950,82 - CENTO E SESSENTA MIL, NOVECENROS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)

#### **LOTES COTA GERAL 75%**



			POR ITEM	PREÇO MÉDIO	TOTAL POR ITEM
		BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO-			
		Estrutura em aço reforçado; - Pintura			
		epóxi permitindo maior durabilidade; -			
		Suporte da cadeira envolvido por tubos			
		de aço garantindo maior segurança - A			
		cadeira de rodas é colocada no balanço			
		pela parte lateral do balanço através de			
		uma plataforma em forma de rampa O			
		movimento de balanço feito através de			
		tubos de aço, em vez de correntes onde			
		o balançar é desordenado.		R\$	R\$
6	UND	* Rampa de acesso inclusa	10	11.254,17	112.541,70
		* Dimensões aproximadas: comprimento:		11.201,17	112.011,70
		2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m			
		* Capacidade de carga até 100 kg			
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante.			
		*DENTRO DAS NORMAS DE			
		SEGURANÇA DA ABNT			
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA			
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR			
		QUÍMICO OU CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
7	UND	CONTA DA CONTRATADA.  BALANÇO FRONTAL ADAPTADO -	13	R\$	R\$
'	OND	Estrutura em aço reforçado; - Pintura	13	9.823,33	127.703,29
		epóxi permitindo maior durabilidade; -		9.023,33	121.103,29
		Suporte da cadeira envolvido por tubos			
		de aço garantindo maior segurança; - A			
		cadeira de rodas é colocada no balanço			
		pela parte traseira para facilitar o acesso			
		<ul> <li>O movimento de balanço feito através</li> </ul>			
		de tubos de aço, ao invés de correntes			



		onde o balançar é desordenado.			
		* Dimensões aproximadas: altura: 1,70			
		mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40			
		mts.			
		* Capacidade de carga de até 180 kg			
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1			
		pessoa não cadeirante *DENTRO			
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA			
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
8	UND	CONTA DA CONTRATADA.  CARROSSEL ADAPTADO -Estrutura	11	R\$	R\$
	OND	em aço reforçado, pintura em epóxi, base		11.333,33	124.666,63
		de sustentação formada por um anel		11.000,00	121.000,00
		circular primário e anel secundários			
		ligados por nervuras que convergem para			
		o centro, os receptáculos onde ficam as			
		cadeiras de rodas possuem grades de			
		proteção e freios para as rodas traseiras			
		das cadeiras, guarda-sol e plataforma em			
		fibra de vidro reforçado e colorido, a base			
		possui rebaixos para as rodas da cadeira			
		de rodas e com rolamentos blindados no			
		eixo central.			
		* Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m			
		diâmetro: 2,20 m			
		* Capacidade de carga de até 200 kg :			
		Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS			
		NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT			
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA			
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR			
		QUÍMICO OU CONCRETO.			



		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.  GANGORRA ADAPTADA -Estrutura			
		tubular em aço, sistema de trava para			
		prender a criança ao banco.			
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x			
		0,75 alt.			
		* Capacidade de carga de até 180 kg			
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2		Dê	DΦ
9	UND	pessoas não cadeirantes *DENTRO	12	R\$	R\$
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		8.235,00	98.820,00
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			
10	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES -	11	R\$	R\$
		Produzido em tubos 31 mm – DIN 2440,		9.730,00	107.030,00
		preparados em pintura eletrostática			
		Chapas antiderrapantes em alumínio e			
		assentos em polietileno micronizado e			
		roto moldado com proteção anti-uv e			
		antiestético, diâmetro aproximado de			
		2450 mm.			
		* Travas para que o usuário não se			
		desloque durante o uso rampas de			
		acesso para o usuário.			
		* Projetado para que o próprio usuário			
		cadeirante possa utilizar sem ajuda de			
		terceiros.			
		OBS.: capacidade para até seis usuários			
		sendo dois cadeirantes e quatro pessoas			
		não cadeirante.			
		*DENTRO DAS NORMAS DE			
		SEGURANÇA DA ABNT			



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

*INSTALAÇÃO POR CONTA DA
CONTRATADA, COM CHUMBADOR
QUÍMICO OU CONCRETO.
*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR
CONTA DA CONTRATADA.
R\$ 570.761,62 ( QUINHENTOS E SETENTA MIL, SETECENTOS E SESSENTA E UM REAIS E
CECCENTA E DOIG CENTAVOS

SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

#### **4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**.
- 4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

# 5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 5.1 As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 18h00 do 2° (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.
- 5.2 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada na Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 é das 13:00 às 18:00 horas, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: cpl.paranagua@hotmail.com; cpl@paranagua.pr.gov.br.
- 5.3 A impugnação será julgada em até 03 (três) dias, a contar da data do seu recebimento e poderá ser comunicado por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, sendo a resposta publicada no Diário Eletrônico Municipal disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.4 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

# 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação, os interessados:
- 6.1.1 Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- 6.1.2 Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos.
- 6.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;
- d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993:
- e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, com as alterações da Lei Complementar n. 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:
- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

123/2006,desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;

- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 6.4. A participação na presente licitação fica condicionada ao atendimento a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

#### 7. CREDENCIAMENTO

- 7.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema licitações-e do Banco do Brasil S/A.
- 7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico Registro de Preços deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.
- 7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

- 7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.
- 7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa", "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações "ME", "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.
- 7.9.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.10. A comprovação de que trata o subitem 7.9, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP; Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

# 8 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <a href="www.licitacoese.com.br">www.licitacoese.com.br</a>, opção "Acesso Identificado".
- 8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.
- 8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.
- 8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

# 9. DOS CRITÉRIOS E DOS ITENS COM COTAS E EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI



- 9.1. Para os lotes de 01 a 05 do Termo de Referência, Anexo I, destina-se somente às empresas enquadradas como Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte EPP, Microempreendedor Individual MEI, nos termos do art. 3º e 18º e ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no lote principal.
- 9.2. Para os lotes 06 a 10 (COTA PRINCIPAL) os interessados que atendem aos requisitos do edital.
- 9.3. No caso das propostas vencedoras serem da mesma licitante para os lotes 06 a 10 (cota principal do objeto 75% e para os lotes 01 a 05 com reserva de 25% para ME/EPP/MEI), prevalecerá o menor preço para a totalidade.
- 9.4. No atinente aos lotes 06 a 10 (COTA PRINCIPAL), após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema.
- 9.5. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará ao Lote nº 04 destinado à concorrência geral.
- 9.6. Para efeito do disposto no subitem 9.5 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se á, da seguinte forma:
- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame; b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea "a" deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.6 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 9.7. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.
- 9.8. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.
- 9.9. O disposto nos subitens 9.6 e 9.7 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).
- 9.10. A cotação de cada lote é independente dos demais lotes, ficando a empresa licitante livre para apresentar proposta em mais de um lote ou em todos lotes, sendo que a não cotação de qualquer lote não ensejará a desclassificação da proposta da licitante.

#### 10 - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site <a href="https://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a>, a partir da liberação do Edital, até as 09h00 horas do dia 23 de novembreo de 2018, horário de Brasília-DF.
- 10.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 10.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 10.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 10.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.
- 10.6. As propostas NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

#### 11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A partir das 10h00 horas do dia 23 de novembro de 2018, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <u>www.licitacoes-e.com.br</u>, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 11.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.
- 11.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 12.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 12.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 12.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 12.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 12.6. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.7. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.
- 12.8. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 12.9. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.10. Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">http://www.licitacoes-e.com.br</a>.

## 13. DA NEGOCIAÇÃO

- 13.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
- 13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

#### 14. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322, CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060, REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2018

(A/C: pregoeiro responsável I\ IZABELLE GARCIA DOMINGUES).



- 14.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais, por lote, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.
- 14.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.
- 14.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo IV deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
  - a) Razão Social, CNPJ, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;
  - b) Preços unitários e o global, por lote
  - c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;
  - d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
  - e) Marca e referência, se houver. Essas informações deverão constar, obrigatoriamente, no campo "Informações Adicionais" do formulário proposta do sistema eletrônico e na proposta escrita.
- 14.3. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:
  - a) Declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;
  - b) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo X deste edital.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 14.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.
- 14.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.
- 14.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.
- 14.7. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

#### 15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará as propostas classificadas quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 15.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 15.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 15.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero,



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

- 15.5. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.
- 15.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná e nos termos do art. 89 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e art. 48, da Lei n.º 8.666/93.
- 15.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 15.8. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 15.8.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
  - 15.8.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 15.8.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
  - 15.8.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
  - 15.8.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 15.8.6. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 15.8.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.
  - 15.8.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 15.9. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global sem prejuízo do contido no item 15.12.d.
- 15.10. Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 15.11. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.
- 15.12. Serão desclassificadas as propostas:
  - a) que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste
     Edital;
- b) que apresentem preços baseados exclusivamente em propostas das demais proponentes;
  - c) que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
  - d) com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
  - e) que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.
  - f) que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas;

#### **16. DAS AMOSTRAS**

- 16.1. Não serão exigidas amostras.
- 16.2 Apresentar catálogo técnico detalhado do parque que será montado com descrição dos produtos.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### 17. DA HABILITAÇÃO

- 17.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.
- 17.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 17.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.
- 17.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:
- 17.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
  - 17.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 17.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
  - 17.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.
- 17.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:
  - 17.5.1. À habilitação jurídica;
  - 17.5.2. À qualificação econômico-financeira;
  - 17.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;
  - 17.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

#### 17.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- 17.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 17.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores:

- 17.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;
- 17.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - 17.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;
- 17.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 17.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

17.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### 17.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

- 17.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 17.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
  - 17.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS,



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

- 17.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 17.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 17.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 17.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 17.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 17.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 17.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 17.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário,



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

- 17.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 17.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.
- 17.12. A documentação relativa aos subitens 17.6, a 17.10, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.
- 17.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

#### 17.13. Documentação complementar:

- 17.13.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 17.13.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520/2002;
  - 17.13.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 17.13.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 17.13.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo V do edital.
- 17.13.6 Inscrição Municipal ou Estadual pertinente ao ramo do objeto, conforme prevê art. 29, inciso II da lei 8666/1993.
- 17.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.
- 17.15. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.
- 17.16. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer a Ata de Registro de Preços.

#### 17.17 Qualificação Técnica:

- 17.17.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, qualidades e prazos com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 17.17.1.1 Ficara estabelecido como comprovação de capacidade técnica um minimo de 50% de fornecimento da totalidade arrematada, de qualquer um dos objetos (BRINQUDOS ADAPTADOS) deste processo licitatório ou similar. Esta comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado de capacidade técnica.
- 17.17.1.2 Segue decisão do Plenário do TCU, que serve de embasamento para quantificação de comprovação de capacidade técnica.
  - 9.1.1 abstenha-se de estabelecer percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicadas no processo administrativo anterior, na fase de questionamento ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao Art 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Art 3º §1º, e art 30, inciso II, ambos da Lei, 8666/93 (Acordão nº 2462/2007, Plenário Rel. Min. Benjamin Zymler. Sessão de 21.11.2007)
  - 17.17.2 Certificado emitido por órgão competente (Instituto de certificação de Playground),



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

comprovando a conformidade dos produtos conforme normas INMETRO e ABNT vigente, correlatas ao objeto licitado.

- 17.17.3 Apresentar catálogo técnico do parque que será montado com descrição detalhada dos produtos.
- 17.17.4 Certificado de garantia emitido pela empresa por 12 meses dos produtos e da instalação.

#### 18. DOS RECURSOS

- 18.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 18.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 18.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 18.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:
- 18.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
  - 18.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
  - 18.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.
- 18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 18.6. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao(a) Pregoeiro(a) e poderão ser enviados através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, no prazo de 05 dias da data do envio, os originais deverão ser protocolizados no Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sito a Rua Júlia da Costa 322, Centro, Paranaguá –PR. O (A) Pregoeiro (a) deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 11, XIII, do Decreto nº 943/2006.
- 18.7. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 03 (três) dias da data do envio.
- 18.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Júlia da Costa, nº 322 Centro, Paranaguá, Paraná, CEP: 83203-060.
- 18.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
  18.10. Não havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 18.11. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

# 19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 19.1. A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pelo (a) Pregoeiro (a) sempre que não houver recurso.
- 19.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo (a) Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

# 20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis.
- 20.1.1. O prazo estabelecido pelo item 20.1. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.
- 20.1.2. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço, assim como do contrato ou instrumento equivalente, quando cabível, será formalizada mediante notificação na forma do item 1.7. ou qualquer outro meio a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá.
- 20.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes constantes do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições, na forma do Anexo II do presente Edital.
- 20.3. A pessoa que assinar a Ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.
- 20.4. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando novamente os documentos exigidos no item 17.10., assim como a documentação complementar (documentos exigidos nos itens 17.13.1. e 17.13.3. a 17.13.5.), como condição para celebração do ajuste, devendo manter as condições de habilitação no período de validade da Ata e das respectivas contratações.
- 20.4.1. O fornecedor também deverá apresentar todos os dados bancários da empresa, bem como o endereço eletrônico (e-mail) e o contato do representante que atenderá aos pedidos da Secretaria solicitante.



- 20.5. Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração, ou ainda quando o mesmo não realizar as comprovações referidas no item anterior, a Prefeitura Municipal de Paranaguá adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os demais licitantes remanescentes respeitadas à ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, podendo, também, revogar a licitação.
- 20.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, sem possibilidade de prorrogação.
- 20.7. Farão parte da Ata de Registro de Preços todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação, apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.
- 20.8. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Paranaguá a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 20.9. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados, não podendo transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.
- 20.10. A revisão dos preços registrados, assim como o cancelamento do registro de preços ou da Ata respectiva, dar-se-ão em conformidade com o disposto na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo II.
- 20.11. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Material, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços encontram-se divergentes dos praticados no mercado, a Administração Municipal poderá, fundamentadamente:



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados e o fornecedor não aceite adequá-los ao mercado;
- b) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal em processo administrativo próprio para esse fim.

### 21 DO PEDIDO PARCELADO DO OBJETO

- 21.1 O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, com intervalos definidos pela Administração.
- 21.2 O prazo de entrega deverá ser até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor. O prazo da garantia será pelo período de 12 meses.
- 21.3 O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste termo de referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o comprimento das exigências.
- 21.4 Caso os materiais não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelas Secretarias Municipais de Paranaguá.
- 21.5 Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.
- 21.6 Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, ate que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados, a



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município de Paranaguá.

- 21.7 Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato e na Ata de Registro de Preços.
- 21.8 Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.
- 21.9 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

### 22. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PARCELAMENTO DO OBJETO

- **22.1** Os brinquedos deverão ser <u>transportados</u>, <u>entregues</u>, <u>montados e instalados</u> pela contratada, em tantas etapas quanto forem solicitadas, com intervalos definidos pela Administração.
- **22.2** O prazo de entrega e instalação deverá ser até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.
- **22.3** O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste termo de referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o comprimento das exigências.
- **22.4** Caso os materiais não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Responsável.

- **22.5** Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.
- **22.6** Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, ate que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados, a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município de Paranaguá.
- **22.7** Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato e na Ata de Registro de Preços.
- **22.8** Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.
- **22.9** O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.
- **22.1** Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.
- **22.2** O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **22.2.1** O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.
- 22.2.2 O recebimento definitivo dos produtos se dará no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega, e somente ocorrerá após a constatação de que estão em conformidade com as especificações exigidas na licitação;
- **22.3** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.
- **22.4** Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:
- **22.4.1** Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no item 7 deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.
- **22.5** Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:
  - **22.5.1** Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 6 e da proposta vencedora;
  - 22.5.2 Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
  - **22.5.3** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

### 23. LOCAIS DE INSTALAÇÃO

- **23.1** Os brinquedos deverão ser instalados conforme determinação da Secretaria solicitante.
- 23.2 Conforme relação abaixo:

### 23.2.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Os brinquedos deverão ser instalados conforme tabela abaixo

OBJETO	LAR DOS MENINOS	LAR DAS MENINAS	TOTAL
BALANÇO FRONTAL ADAPTADO — Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso — O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante  * DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT  * INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  * PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	1	1	2
GANGORRA ADAPTADA – Estrutura tubular em aço, sistema de trava para prender a criança ao banco.  * Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x 0,75 alt.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes  * DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT  * INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  * PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	1	1	2

### 23.2.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UMA VEZ QUE AS ESCOLAS CONTEMPLADAS ATENDEM CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

ESCOLAS E CMEIS	QUANT	DESCRIÇÃO		
		Balanço Frontal Adaptado		
CMEI Jurandir Rozendo	3	Carrossel Adaptado		
		Gira Gira adaptadO		
Facala Managal Viana		Balanço Frontal Adaptado		
Escola Manoel Viana	2	Gira Gira adaptado		
		Carrossel adaptado		
		Gira Gira adaptado		
Escola Eva Cavani	5	Balanço frontal adaptado		
		Balanço Individual Adaptado		
		Gangorra Adaptada		



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

### 23.2.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Há possibilidade de serem contempladas 12 praças, algumas já indicadas que são: Nilson Neves, Ilha dos Valadares, Aero/Domingos Peneda, Praça Portugal, JD Samambaia, Porto Seguro Jd. Esperança e Alexandra as demais estão em fase de estudos para confirmação.

### 24. SUSTENTABILIDADE

- 24.1 As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) A embalagem deverá possuir identificação, número de registro ANVISA/MS (quando for o caso), lote, data de fabricação, validade e procedência.
- e) Que os bens estejam de acordo com as especificações, conforme Art. 18 da Lei n.º 8078/90 Código de Defesa do Consumidor.
- f) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), quando couber;
- 24.2 A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

### 25. DO PRAZO DE VALIDADE E/OU GARANTIA



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

25.1 Prazo mínimo de garantia/validade: 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem as exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores. No ato da entrega nenhum produto poderá apresentar prazo de validade inferior a 80% do constante da sua embalagem, ou daquele estabelecido pelas Agências ou Órgãos Reguladores, o que for maior, quando couber.

### 26. DECLARAÇÃO DE VISTORIA

**26.1 Declaração de Vistoria (Atestado de Visita)** - A Proponente <u>poderá</u> realizar, através de seu Responsável, visita prévia e inspecionar o local do desenvolvimento dos serviços, prevendo-as antecipadamente junto a Secretaria Municipal solicitante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da abertura da Licitação, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.

### 27. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 27.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, as contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.
- 27.2. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 62, da Lei nº 8.666/1993.
- 27.3. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, e encaminhadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura de Paranaguá –PR. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à prefeitura devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

- 27.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.
- 27.5. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.
- 27.6. Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados nesta Ata, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.
- 27.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, em conformidade com a legislação vigente.
- 27.8. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser assinadas durante o prazo de validade desta.

### 28. GARANTIA CONTRATUAL

28.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

### 29. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 29.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.
- 29.1.1. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 29.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:
- 29.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 29.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal CEF;
  - 29.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

29.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei:

29.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

29.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

29.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

 $EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

29.5. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

### 30. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 30.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.
- 30.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.
- 30.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.
- 30.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.
- 30.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.
- 30.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).
- 30.7. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.
- 30.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará,



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

- 30.9. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.
- 30.10. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (<a href="www.diariomunicipal.com.br/amp">www.diariomunicipal.com.br/amp</a>).
- 30.11. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.
- 30.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.
- 30.13 Aplicam-se integralmente as disposições do Decreto Municipal 1017/2013 <a href="https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/decreto/2013/101/1017/decreto-n-1017-2013-dispoe-sobre-o-sistema-de-registro-de-precos-previsto-no-art-15-da-lei-federal-n-8666-de-21-de-junho-de-1993-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-e-da-outras-providencias">https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/decreto/2013/101/1017/decreto-n-1017-2013-dispoe-sobre-o-sistema-de-registro-de-precos-previsto-no-art-15-da-lei-federal-n-8666-de-21-de-junho-de-1993-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-e-da-outras-providencias</a>

### 31. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 31.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes termos:
  - 31.1.1 O registro do preço poderá ser cancelado quando:



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 1- For liberado o fornecedor:
- 2- O fornecedor descumprir, sem justificativa aceitável, as condições da Ata de Registro de Preços ou do Contrato dela decorrente;
- 3- O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 4- O fornecedor demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata;
- 5- O fornecedor for declarado, supervenientemente, inidôneo para contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei e disposições contidas neste edital.
- 31.1.2 A Ata de Registro de Preços ainda poderá será cancelada, total ou parcialmente, pela Administração:
  - a) Pelo decurso de seu prazo de vigência;
  - b) Caso não restem fornecedores registrados;
  - c) Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na Ata;
  - d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 31.2. O Registro de Preços poderá ser cancelado por iniciativa do fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos que deram origem ao Registro de Preços.
- 31.3. A solicitação de que trata o item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada defesa prévia sem prejuízo de aplicações de sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

### **32. DAS SANÇÕES**

32.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 32.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:
- 1 Não celebrar o contrato;
  - 2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
  - 3 Apresentar documentação falsa;
  - 4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 5 Não mantiver a proposta;
  - 6 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 7 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 8 Cometer fraude fiscal
- 32.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:
- 32.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:
- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.
- 32.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias uteis, de acordo com o disposto item 20.1, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, conforme disposição item 22.3;
- 32.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termo do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 32.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
  - 32.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:
- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.
- 32.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.
- 28.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.
- 32.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.
- 32.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.
- 32.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.
- 32.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

- 32.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.
- 32.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

### 33. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 33.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 33.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 33.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 33.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 33.5. A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a Ata de Registro de Preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 33.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 33.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

33.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Paranaguá.

### 34. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 34.1 Executar o fornecimento dos materiais de acordo com as especificações e quantidades constantes nos itens 6 e 7 deste Termo de Referência.
- 34.2 Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o material que vier a ser recusado.
- 34.3 Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços.
- 34.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes no Edital.
- 34.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.
- 34.6 Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.
- 34.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
- 34.8 Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS.
- 34.9 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos ITENS, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

- 34.10 A entrega do(s) produto(s) deverão ser efetuadas de acordo com o solicitado pela Secretaria, nos termos estabelecidos nos itens 6 e 7 deste Edital devendo a CONTRATADA, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 72 (setenta e duas) horas, MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA após o recebimento do chamado.
- 34.11 A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.
- 34.12 Demais condições constam nas disposições editalícias.

### 35. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 35.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 35.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 35.3 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;
- 35.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 35.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.
- 35.6 Essa Administração Municipal não se obriga a adquirir os itens registrados dos licitantes vencedores, no todo ou em partes, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

legislação relativa às licitações, para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade ou condições, conforme estabelecido no § 4°, do Art. 15. da Lei n.º 8666/93.

### 35.7 Indica se para fiscal do referido contrato

SECRETARIA	FISCAL	
SEMAS	FISCAL: Alcesar Cardoso Tavares, matrícula 1883,	
	FISCAL SUBSTITUTO: Karina Rodrigues Policarpo Pereira, matrícula 12342	
SEMEDI	FISCAL: Valdelucia Matias da Silva, matrícula 8454.	
	FISCAL SUBSTITUTO: Tenile Cibele Xavier, matricula 11057-1	
SEMSU	FISCAL: José Luiz O. Nascimento, matrícula 8017,	
	FISCAL SUBSTITUTO: Roberto Brasilio, matrícula 1397	

### **36. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

36.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### 37. ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

37.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas: (i) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato; (ii) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; (iii) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; (iv) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 37.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato;
- 37.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:
- 37.2.1.1. "prática obstrutiva": (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 17.1. deste Termo de Referência; (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- 37.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

### 38. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 38.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados por cada Secretaria participante do certame e/ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes neste Termo de Referência, do edital e do contrato.
- 38.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.

- 38.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.
- 38.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.
- 38.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 38.6 Indica se para fiscal do referido contrato

SECRETARIA	FISCAL		
SEMAS	FISCAL: Alcesar Cardoso Tavares, matrícula 1883,		
	FISCAL SUBSTITUTO: Karina Rodrigues Policarpo Pereira, matrícula		
	12342		
SEMEDI	FISCAL: Valdelucia Matias da Silva, matrícula 8454.		
	FISCAL SUBSTITUTO: Tenile Cibele Xavier, matricula 11057-1		
SEMSU	FISCAL: José Luiz O. Nascimento, matrícula 8017,		
	FISCAL SUBSTITUTO: Roberto Brasilio, matrícula 1397		

### 39. DISPOSIÇÕES FINAIS

39.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 39.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por 4parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 39.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de oficio ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 39.4. No caso de haver desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 39.5. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.
- 39.6. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 39.7. É facultado ao Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.
- 39.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 39.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.
- 39.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

39.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática "Licitações-e" do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial do Município.

39..12. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

39.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

39.14. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) com base na legislação vigente.

39.15. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

39.16. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais e <u>www.licitacoes-e.com.br</u>, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 08 de novembro de 2018.

IZABELLE GARCIA DOMINGUES
Pregoeira



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

GISELE CRISTINA DA SILVA Secretário Municipal de Assistência Social

**CLEOMIR MAIA DOS SANTOS Secretário Municipal de Serviços Urbanos** 

VANDECY SILVA DUTRA Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

### **ANEXO I**

### TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFANTIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA – TIPO PLAYGROUND, de forma a atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Assistência Social, vinculada ao Município de Paranaguá, pelo período de 12 (doze) meses.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Secretarias	Justificativas
SEMAS	Considerando que as necessidades da Administração são muito superiores a sua capacidade de atendimento, faz-se necessário explicitar os motivos determinados para abrir o processo de licitação, isto é, razão pela qual é importante priorizar a demanda administrativa a ser satisfeita por meio do contrato administrativo que segue a licitação.  Entre as responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social reside o fornecimento de suporte administrativo, financeiro e técnico incluindo materiais, equipamentos serviços e obras necessários ao pleno funcionamento de Equipamentos/Programas socioassistenciais do Município. Atualmente a SEMAS comporta: o prédio onde funciona a sua Sede (comando executivo, administrativo, financeiro e técnico), almoxarifado (antiga sede), 04 (quatro) Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, 02 (dois) Abrigos Institucionais(meninos e meninas), 01 (um) Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro POP (oferta de refeições, espaço para banho, atendimento psicossocial e reencaminhamento ao convívio do seu núcleo familiar), 01 (um) Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, 01 (um) Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, Medidas Socioeducativas, Conselhos Municipais, 07 (sete) Agências Comunitárias dos Correios, bem como suprir a demanda necessária de todo tipo de material para o Conselho Tutelar (encontra-se na eminência de inauguração outro Conselho Tutelar, que será denominado Conselho Tutelar Ilhéus).  É nesse contexto que surge a necessidade da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFANTIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA – TIPO PLAYGROUND, visando a INCLUSÃO
	SOCIAL das crianças especiais, com o intuito de adequar os espaços para recreação
	nos Abrigos Institucionais (Lar dos Meninos e Lar das Meninas) assistidos pela
	Secretaria Municipal de Assistência Social.  Esta aquisição é regida pela <b>Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000</b> , onde
	estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

providências.

A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista tratar de bens comuns. A contratação será solicitada de acordo com a necessidade e conveniência. Entendese, portanto a adoção do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do serviço/material ao longo da vigência da ata. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

Para adoção do Sistema de Registro de Precos:

- **Decreto 816/2018, ART 3.º** Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes hipóteses:
- Quando, pelas características do bem ou serviço, se houver necessidade de contratações frequentes;
- Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração Municipal para o desempenho de suas atividades;
- Quando for conveniente a aquisição dos bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão da Administração Municipal.
- O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.

### **SEMEDI**

Trata-se de aquisição de brinquedos infantis adaptados para portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, visando a INCLUSÃO SOCIAL das crianças especiais, com o intuito de adequar os espaços para recreação infantil da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

O brinquedo e a brincadeira são constitutivos da infância, a brincadeira é para a criança um dos principais meios de expressão que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo.

Valorizar o brincar significa oferecer espaços e brinquedos que favoreçam a brincadeira como atividade que ocupa o maior espaço de tempo na infância.

Esta aquisição é regida pela Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, onde estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista tratar de bens comuns. A contratação será solicitada de acordo com a necessidade e conveniência. Entende-se, portanto a adoção do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do serviço/material ao longo da vigência da ata. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	EMPRESA DE PEQUENO PORTE
	Para adoção do Sistema de Registro de Preços: - Decreto 816/2018, ART 3.° - Será adotado, preferencialmente,
	o Sistema de Registro de Preços, nas seguintes hipóteses:
	- Quando, pelas características do bem ou serviço,
	se houver necessidade de contratações frequentes;
	- Quando for mais conveniente a aquisição de
	bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração Municipal para o desempenho de suas atividades;
	- Quando for conveniente a aquisição dos bens ou
	a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão da Administração Municipal.
	O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.
SEMSU	Trata-se de aquisição de brinquedos infantis adaptados para portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, visando a INCLUSÃO SOCIAL das crianças especiais, com o intuito de adequar os espaços para recreação infantil. O brinquedo e a brincadeira são constitutivos da infância, a brincadeira é para a criança um dos principais meios de expressão que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo.  Valorizar o brincar significa oferecer espaços e brinquedos que favoreçam a
	brincadeira como atividade que ocupa o maior espaço de tempo na infância. Esta aquisição é regida pela Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, onde estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
	A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista tratar de bens comuns. A contratação será solicitada de acordo com a necessidade e conveniência. Entendese, portanto a adoção do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS como mais vantajosa para o Município, pois possibilita uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do serviço/material ao longo da vigência da ata. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação
	dos recursos ao longo do exercício. Para adoção do Sistema de Registro de Preços:
	- <b>Decreto 816/2018, ART 3.°</b> - Será adotado, preferencialmente, o Sistema
	de Registro de Preços, nas seguintes hipóteses:
	<ul> <li>Quando, pelas características do bem ou serviço, se houver necessidade de contratações frequentes;</li> </ul>
	- Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à
	Administração Municipal para o desempenho de suas atividades;

- Quando for conveniente a aquisição dos bens ou a

contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão da Administração

O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis

Municipal.



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao bom planejamento das compras municipais.

### 3. PESQUISA DE PREÇOS

**3.1** Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com as Instruções Normativas Municipais n.º 005/2018;

### 4. PARCELAMENTO E ENTREGA DO OBJETO

- **4.1** Os brinquedos deverão ser <u>transportados</u>, <u>entregues</u>, <u>montados e instalados</u> pela contratada, em tantas etapas quanto forem solicitadas, com intervalos definidos pela Administração.
- **4.2** O prazo de entrega e instalação deverá ser até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.
- **4.3** O fiscal do contrato é responsável pelo recebimento dos bens, avaliação e conferência dos materiais entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste termo de referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o comprimento das exigências.
- **4.4** Caso os materiais não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Responsável.
- **4.5** Os materiais serão imediatamente recusados quando entregues com especificações diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.
- **4.6** Constatada esta ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, ate que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados, a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município de Paranaguá.
- **4.7** Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital, no Contrato e na Ata de Registro de Preços.
- **4.8** Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**4.9** O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

### 5. SUSTENTABILIDADE

- **5.1** As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- **a)** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da **ABNT**;
- **b)** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial **INMETRO**, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- **d)** A embalagem deverá possuir identificação, número de registro **ANVISA/MS** (quando for o caso), lote, data de fabricação, validade e procedência.
- e) Que os bens estejam de acordo com as especificações, conforme Art. 18 da Lei n.º 8078/90 Código de Defesa do Consumidor.
- **f)** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBDs), éteres difenil-polibromados (PBDs), quando couber;
- **5.2** A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

### 6. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

- **6.1** A instalação dos brinquedos adaptados será feita, conforme orientação e cronograma da Secretaria solicitante.
- 6.2 Todos os brinquedos deverão conter placas em locais visíveis e acessíveis, ensinando as crianças e ao seu "acompanhante" a brincar de maneira correta, sendo que estas instruções deverão ter também sua versão em braile.



### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

### COTA 25% EXCLUSIVA PARA ME E EPP **PRECO** QUANTIDAD **VALOR TOTAL** LOTE UNID. DESCRIÇÃO DO MATERIAL MÉDIO E POR ITEM POR ITEM BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO-Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aco garantindo maior segurança - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte lateral do balanco através de uma plataforma em forma de rampa. - O movimento de balanço feito através de tubos de aço, em vez de correntes onde o balançar é desordenado. R\$ UND 1 R\$ 33.762,51 3 \* Rampa de acesso inclusa 11.254,17 \* Dimensões aproximadas: comprimento: 2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m \* Capacidade de carga até 100 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante. \*DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT \*INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. \*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA. UND BALANÇO FRONTAL ADAPTADO -4 R\$ 9.823,33 R\$ 39.293,32 Estrutura em aco reforcado: - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso - O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado. \* Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts. \* Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa \*DENTRO DAS não cadeirante NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT \*INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM **CHUMBADOR** OU CONCRETO. QUÍMICO

\*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		CONTA DA CONTRATADA			1
	-	CARROSSEL ADARTADO. Estruturo om			
		carrossel adaptado – Estrutura em aço reforçado, pintura em epóxi, base de sustentação formada por um anel circular			
		primário e anel secundários ligados por nervuras que convergem para o centro, os receptáculos onde ficam as cadeiras de			
		rodas possuem grades de proteção e freios para as rodas traseiras das cadeiras, guarda- sol e plataforma em fibra de vidro reforçado e colorido, a base possui rebaixos para as			
3	UND	rodas da cadeira de rodas e com rolamentos blindados no eixo central.  * Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m diâmetro: 2,20 m	3	R\$ 11.333,33	R\$ 33.999,99
		* Capacidade de carga de até 200 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR			
		QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.			
		<b>GANGORRA ADAPTADA</b> – Estrutura tubular em aço, sistema de trava para prender a criança ao banco.			
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x 0,75 alt.			
4	UND	* Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA	3	R\$ 8.235,00	R\$ 24.705,00
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.			
5	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES - Produzido em tubos 31 mm - DIN 2440,	3	R\$ 9.730,00	R\$ 29.190,00
		preparados em pintura eletrostática Chapas antiderrapantes em alumínio e assentos em polietileno micronizado e roto			
		moldado com proteção anti-uv e antiestético, diâmetro aproximado de 2450 mm.  * Travas para que o usuário não se desloque			
		durante o uso rampas de acesso para o usuário.			
		* Projetado para que o próprio usuário cadeirante possa utilizar sem ajuda de terceiros.			
		OBS.: capacidade para até seis usuários sendo dois cadeirantes e quatro pessoas não			



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

|--|

R\$ 160.950,82 – CENTO E SESSENTA MIL, NOVECENROS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)

	LOTES COTA GERAL 75%					
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDAD E POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM	
1	UND	BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO— Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança — A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte lateral do balanço através de uma plataforma em forma de rampa O movimento de balanço feito através de tubos de aço, em vez de correntes onde o balançar é desordenado.  * Rampa de acesso inclusa  * Dimensões aproximadas: comprimento: 2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m  * Capacidade de carga até 100 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante.  *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	10	R\$ 11.254,17	R\$ 112.541,70	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso — O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts	13	R\$ 9.823,33	R\$ 127.703,29	



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

		largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.			
3	UND	CARROSSEL ADAPTADO -Estrutura em aço reforçado, pintura em epóxi, base de sustentação formada por um anel circular primário e anel secundários ligados por nervuras que convergem para o centro, os receptáculos onde ficam as cadeiras de rodas possuem grades de proteção e freios para as rodas traseiras das cadeiras, guardasol e plataforma em fibra de vidro reforçado e colorido, a base possui rebaixos para as rodas da cadeira de rodas e com rolamentos blindados no eixo central.  * Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m diâmetro: 2,20 m  * Capacidade de carga de até 200 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	11	R\$ 11.333,33	R\$ 124.666,63
4	UND	GANGORRA ADAPTADA – Estrutura tubular em aço, sistema de trava para prender a criança ao banco.  * Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x 0,75 alt.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	12	R\$ 8.235,00	R\$ 98.820,00
5	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES - Produzido em tubos 31 mm - DIN 2440, preparados em pintura eletrostática Chapas antiderrapantes em alumínio e assentos em polietileno micronizado e roto moldado com proteção anti-uv e antiestético,	11	R\$ 9.730,00	R\$ 107.030,00



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	diâmetro aproximado de 2450 mm.
	* Travas para que o usuário não se desloque
	durante o uso rampas de acesso para o
	usuário.
	* Projetado para que o próprio usuário
	cadeirante possa utilizar sem ajuda de
	terceiros.
	OBS.: capacidade para até seis usuários
	sendo dois cadeirantes e quatro pessoas não
	cadeirante.
	*DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA
	DA ABNT *INSTALAÇÃO POR
	CONTA DA CONTRATADA, COM
	CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.
	*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR
	CONTA DA CONTRATADA.
D\$ 570	ι 761 62 / ΟΙ ΙΙΝΗΕΝΤΌς Ε SETENTA ΜΙΙΙΙ SETECENTOS E SESSENTA Ε LIM REAIS E

R\$ 570.761,62 ( QUINHENTOS E SETENTA MIL, SETECENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

### 6.3 IMAGENS "MERAMENTE ILUSTRATIVAS", DOS BRINQUEDOS

LOTE	FOTOS ILUSTRATIVAS DO OBJETO	)
1		BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E

# **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**BALANÇO FRONTAL ADAPTADO** 

2



GANGORRA ADAPTADA



5

### Município de Paranaguá Secretaria Municipal de Administração Departamento de Licitações e Suprimentos.

# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

# GIRA GIRA ADAPTADO

### 7. QUANTIDADES ESTIMADAS

COTA 25% EXCLUSIVA PARA ME E EPP					
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM
1	UND	BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO— Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança — A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte lateral do balanço através de uma plataforma em forma de rampa O movimento de balanço feito através de tubos de aço, em vez de correntes onde o balançar é desordenado. * Rampa de acesso inclusa * Dimensões aproximadas: comprimento: 2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m * Capacidade de carga até 100 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante. *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT	3	R\$ 11.254,17	R\$ 33.762,51



		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.			
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	4	R\$ 9.823,33	R\$ 39.293,32
3	UND	CARROSSEL ADAPTADO -Estrutura em aço reforçado, pintura em epóxi, base de sustentação formada por um anel circular primário e anel secundários ligados por nervuras que convergem para o centro, os receptáculos onde ficam as cadeiras de rodas possuem grades de proteção e freios para as rodas traseiras das cadeiras, guarda-sol e plataforma em fibra de vidro reforçado e colorido, a base possui rebaixos para as rodas da cadeira de rodas e com rolamentos blindados no eixo central.  * Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m diâmetro: 2,20 m  * Capacidade de carga de até 200 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	3	R\$ 11.333,33	R\$ 33.999,99



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4	UND	GANGORRA ADAPTADA –Estrutura tubular em aço, sistema de trava para prender a criança ao banco.  * Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x 0,75 alt.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2 pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	3	R\$ 8.235,00	R\$ 24.705,00
5	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES - Produzido em tubos 31 mm - DIN 2440, preparados em pintura eletrostática Chapas antiderrapantes em alumínio e assentos em polietileno micronizado e roto moldado com proteção anti-uv e antiestético, diâmetro aproximado de 2450 mm. * Travas para que o usuário não se desloque durante o uso rampas de acesso para o usuário. * Projetado para que o próprio usuário cadeirante possa utilizar sem ajuda de terceiros. OBS.: capacidade para até seis usuários sendo dois cadeirantes e quatro pessoas não cadeirante. *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	3	R\$ 9.730,00	R\$ 29.190,00

R\$ 160.950,82 – CENTO E SESSENTA MIL, NOVECENROS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)

	LOTES COTA GERAL 75%						
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM		



1	UND	BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO— Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança — A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte lateral do balanço através de uma plataforma em forma de rampa O movimento de balanço feito através de tubos de aço, em vez de correntes onde o balançar é desordenado. * Rampa de acesso inclusa * Dimensões aproximadas: comprimento: 2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m * Capacidade de carga até 100 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante. *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTA DA CONTRATADA.	10	R\$ 11.254,17	R\$ 112.541,70
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante *DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT *INSTALAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO.  *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.	13	R\$ 9.823,33	R\$ 127.703,29
3	UND	CARROSSEL ADAPTADO –Estrutura em aço reforçado, pintura em epóxi, base de sustentação formada por um anel circular primário e anel secundários ligados por nervuras que convergem para o centro, os receptáculos onde ficam as cadeiras de rodas possuem grades de	11	R\$ 11.333,33	R\$ 124.666,63



		1			
		proteção e freios para as rodas traseiras			
		das cadeiras, guarda-sol e plataforma em			
		fibra de vidro reforçado e colorido, a base			
		possui rebaixos para as rodas da cadeira			
		de rodas e com rolamentos blindados no			
		eixo central.			
		* Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m			
		diâmetro: 2,20 m			
		* Capacidade de carga de até 200 kg			
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2			
		pessoas não cadeirantes *DENTRO			
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA			
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
		CONTA DA CONTRATADA.			
		GANGORRA ADAPTADA –Estrutura			
		tubular em aço, sistema de trava para			
		prender a criança ao banco.			
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x			
		0,75 alt.			
		* Capacidade de carga de até 180 kg			
	LINID	OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2	40	R\$	R\$
4	UND	pessoas não cadeirantes *DENTRO	12	8.235,00	98.820,00
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		,	ŕ
		ABNT *INSTALAÇÃO POR			
		CONTA DA CONTRATADA, COM			
		CHUMBADOR QUÍMICO OU			
		CONCRETO.			
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR			
	11115	CONTA DA CONTRATADA.	4.4	5.0	
5	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES -	11	R\$	R\$
		Produzido em tubos 31 mm – DIN 2440,		9.730,00	107.030,00
		preparados em pintura eletrostática			
		Chapas antiderrapantes em alumínio e			
		assentos em polietileno micronizado e			
		roto moldado com proteção anti-uv e			
		antiestético, diâmetro aproximado de			
		2450 mm.			
		* Travas para que o usuário não se			
		desloque durante o uso rampas de			
		acesso para o usuário.			
		* Projetado para que o próprio usuário			
		cadeirante possa utilizar sem ajuda de			
		terceiros.			
		OBS.: capacidade para até seis usuários			
		sendo dois cadeirantes e quatro pessoas			
		não cadeirante.			
		*DENTRO DAS NORMAS DE			
		SEGURANÇA DA ABNT			
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA			



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	CONTRATADA, COM CHUMBADOR QUÍMICO OU CONCRETO. *PREPARAÇÃO DO TERRENO POR CONTA DA CONTRATADA.			
R\$ 570.761,62 ( QUINHENTOS E SETENTA MIL, SETECENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).				

#### 7.1 Do prazo de validade e/ou garantia:

7.1.1 Prazo mínimo de garantia/validade: 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, o que for maior. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem as exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores. No ato da entrega nenhum produto poderá apresentar prazo de validade inferior a 80% do constante da sua embalagem, ou daquele estabelecido pelas Agências ou Órgãos Reguladores, o que for maior, quando couber.

#### 8. LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BRINQUEDOS

- **8.1** Os brinquedos deverão ser instalados conforme determinação da Secretaria solicitante.
- 8.2 Conforme relação abaixo:

#### 8.2.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os brinquedos deverão ser instalados conforme determinação da Secretaria solicitante.

### 8.2.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS E CMEIS	QUAN T	DESCRIÇÃO	TOTAL
CMEI Jurandir Rozendo	3	Balanço Frontal Adaptado Carrossel Adaptado Gira Gira adaptadO	R\$30.886,66
Escola Manoel Viana	2	Balanço Frontal Adaptado Gira Gira adaptado	R\$19.553,33
Escola Eva Cavani	5	Carrossel adaptado Gira Gira adaptado Balanço frontal adaptado Balanço Individual Adaptado Gangorra Adaptada	R\$ 50.375,83



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### 8.2.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Os brinquedos deverão ser instalados conforme determinação da Secretaria solicitante.

#### 9. PRAZO DE VIGÊNCIA

**9.1** Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses da assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

#### 10. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL

**10.1** Não serão exigidas garantia para habilitação contratual.

#### 11. INDICAÇÃO DO FISCAL E FISCAL SUBSTITUTO

**11.1** Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, serão indicados dois servidores estáveis para o acompanhamento:

SECRETARIA	FISCAL			
SEMAS	FISCAL: Alcesar Cardoso Tavares, matrícula 1883,			
	FISCAL SUBSTITUTO: Karina Rodrigues Policarpo Pereira, matrícula 12342			
SEMEDI	FISCAL: Valdelucia Matias da Silva, matrícula 8454.			
	FISCAL SUBSTITUTO: Tenile Cibele Xavier, matricula 11057-1			
SEMSU	FISCAL: José Luiz O. Nascimento, matrícula 8017,			
	FISCAL SUBSTITUTO: Roberto Brasilio, matrícula 1397			

### 12. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

12.2 A Secretaria solicitantes, reservam-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

pagamento se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

- **12.3** O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.
- **12.4** As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícia.

#### 13. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- **13.1** Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.
- **13.2** O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da sequinte forma:
- **13.2.1** O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.
- **13.2.2** O recebimento definitivo dos produtos se dará no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega, e somente ocorrerá após a constatação de que estão em conformidade com as especificações exigidas na licitação;
- **13.3** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.
- **13.4** Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:
  - 13.4.1 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

item 7 deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

- 13.5 Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:
- **13.5.1** Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 6 e da proposta vencedora;
  - 13.5.2 Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
- **13.5.3** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **14.1** Executar o fornecimento dos materiais de acordo com as especificações e quantidades constantes nos itens 6 e 7 deste Termo de Referência.
- **14.2** Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o material que vier a ser recusado.
- **14.3** Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços.
- 14.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes no Edital.
- **14.5** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.
- **14.6** Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.
- **14.7** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
- **14.8** Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS.
- 14.9 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

do fornecimento dos ITENS, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

- **14.10** A entrega do(s) produto(s) deverão ser efetuadas de acordo com o solicitado pela Secretaria, nos termos estabelecidos nos itens 6 e 7 deste Edital devendo a CONTRATADA, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 72 (setenta e duas) horas, MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA após o recebimento do chamado.
- **14.11** A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.
- 14.12 Demais condições constam nas disposições editalícias.

#### 15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **15.1** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- **15.2** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- **15.3** Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata:
- **15.4** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- **15.5** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.
- **15.6** Essa Administração Municipal não se obriga a adquirir os itens registrados dos licitantes vencedores, no todo ou em partes, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade ou condições, conforme estabelecido no § 4°, do Art. 15. da Lei n.º 8666/93.

#### 16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**16.1** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, qualidades e prazos com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **16.2** Certificado emitido por órgão competente (Instituto de certificação de Playground), comprovando a conformidade dos produtos conforme normas INMETRO e ABNT vigente, correlatas ao objeto licitado.
- **16.3** Apresentar catálogo técnico do parque que será montado com descrição dos produtos.
- 16.4 Certificado de garantia emitido pela empresa por 12 meses dos produtos e da instalação.

#### 17. VISTORIA

17.1 Declaração de Vistoria (Atestado de Visita) - A Proponente <u>poderá</u> realizar, através de seu Responsável, visita prévia e inspecionar o local do desenvolvimento dos serviços, prevendo-as antecipadamente junto a Secretaria Municipal solicitante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da abertura da Licitação, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.

#### 18. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 18.1 A licitação deverá ser julgada pelo menor preço por lote global.
- **18.2** Os participantes deverão informar em sua proposta a marca e modelo, quando houver, dos produtos cotados.
- **18.3** É obrigatório constar na proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o produto ofertado.
- **18.4** Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.
- **18.5** O preço unitário estimado para o objeto, encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratarse de "operação interna" conforme estabelece o Convênio n° 26/03 CONFAZ.
- **18.6** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do produto nos termos do edital e da legislação



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

vigente.

#### 19. PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO E CRITÉRIOS DE REAJUSTE

**19.1** O valor máximo da licitação atinge o montante de R\$ 731.712,44 ( Setecentos e trinta e um mil e setecentos e doze reais e quarenta e quatro centavos) e, só reajustáveis na forma da Lei e demais disposições constantes no Edital.

#### 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**20.1** Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA	DOTAÇÃO
SEMAS	18.003.2183.1000.4490 52 1000
SEMEDI	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1104 11.02.12.365.0017.1018.4490521000 - 1104 11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1104 11.03.12.361.0016.1017.4490521000 - 1104 11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1103 11.02.12.366.0024.2284.4490521000 - 1103 11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1107
	11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1107
SEMSU	16.1.2145.449052.1000 1000



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO II**

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 23.196/2018							
PREGÃO ELETRÔNICO № 065/2018							
VALIDADE DA ATA: 12(DOZE) MESES.							
Aos dias de	, do ano de 2018, a PREFEITURA DE						
	<sup>9</sup> 76.017.458/0001-15, situada a Rua Júlia da						
Costa ,nº 322 – Centro, Paranaguá-Pr, ne	ste ato representada pelo(a) Secretario (a)						
Municipal	_, Senhor(a)						
	institui ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
(ARP) , decorrente da Licitação na modalidad	e de PREGÃO ELETRÔNICO Nº						
065/2018, cujo objetivo fora a formalizad	ção de <b>REGISTRO DE PREÇOS PARA</b>						
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ES	PECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E						
FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFAN	TIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE						
NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBIL	IDADE REDUZIDA – TIPO PLAYGROUND						
	pal nº 3468/2015, processado nos termos do						
·	0/2002, da Lei nº 123/2006 alterada pela Lei						
	5/2017, 816/2018, 683/2018 e demais normas						
•	mento vinculativo e obrigacional as partes,						
segundo as clausulas e condições seguintes:	mente inicatante e cangucional de pantes,						
ooganao ao diaabalao o bonalyooo boganitoo.							
EMPRESA:							
CNPJ:	FONE FAX:						
ENDEREÇO:							
REPRESENTANTE LEGAL:							
CPF N°:	RG №						
E MAIL:							



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DOS	TOTAL	UNITÁRIO	
MATERIAIS			

A vigência da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, nos termos do Art. 15, inciso III da Lei nº 8666/1993, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

As especificações técnicas e demais exigências constantes no Edital e anexo do PREGÃO **ELETRÔNICO Nº** 065/2018 integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

Paranaguá, de	_ de _		de 2018.
			<u> </u>
Secretá	ário Mui	nicipal	

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

(Nome da do representante legal)



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO III**

#### MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/2018 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de
, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no
CNPJ sob n.º 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, Paranaguá,
Paraná, neste ato representado pelo Ilmo Sr Secretário Municipal nos termos do Decreto
Municipal
Paranaguá, Paraná.
CONTRATADA, pessoa jurídica de direito
privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na
, nº, Bairro, na Cidade de, Estado do
, CEP:, neste ato representada por Sr(a) (CI.
RG. n° CPF. n°), brasileiro(a),,
residente e domiciliado na, nº, Bairro, na Cidade de
, Estado do, CEP:
<del></del>
As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante
dominado CONTRATANTE e a Empresa, doravante denominada
CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas
cláusulas a seguir, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, LC 123/06 com alteração dada pela LC
147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, e
nelas condições estabelecidas no Edital - e Anexos - do Pregão Eletrônico, n.º 065/2018 do gual



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:
<ul> <li>a) Edital de Pregão Eletrônico nº 065/2018 de de</li> <li>b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em//</li> <li>c) Ata de Registro de Preços firmada em//</li> </ul>
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO:
1.1. O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS INFANTIS ADAPTADOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA – TIPO PLAYGROUND, conforme especificações contidas no presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades das Secretarias Municipais, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 065/2018 – Registro de Preços nº 053/2018.
1.2 Os quantitativos serão solicitados à medida da necessidade, por parte da Administração , com previsão de a entregas ao longo do período de vigência do contrato, não sendo contabilizadas aquelas decorrentes de devolução do produto.
1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 065/2018 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 O valor total da contratação é de R\$, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.
2.2 O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que

não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.3 As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações :

SECRETARIA	DOTAÇÃO
SEMAS	18.003.2183.1000.4490 52 1000
SEMEDI	
	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1104
	11.02.12.365.0017.1018.4490521000 - 1104
	11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1104
	11.03.12.361.0016.1017.4490521000 - 1104
	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1103
	11.02.12.366.0024.2284.4490521000 - 1103
	11.01.12.361.0016.2080.4490521000 - 1107
	11.02.12.365.0017.2082.4490521000 - 1107
SEMSU	16.1.2145.449052.1000 1000

3.1. A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

# CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA DO PRODUTO

- 4.1. O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.
- 4.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação / recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega.
- 4.3. O recebimento definitivo se dará com a aceitação do objeto, que pressupõe sua conformidade com as especificações descritas no processo de compra, conforme edital e contrato administrativo, onde serão conferidos preços, quantidades, especificações e qualidade.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 4.4. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso.
- 4.5. Todo(s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores.
- 4.6. O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes no Anexo I do Termo de Referência, bem como com a(s) indicação(ões) do(s) responsável(eis) pelo seu recebimento. Os materiais devem ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante, estar de acordo com a proposta de preços do proponente e em conformidade com os termos do contrato.
- 4.7. As aquisições dos ITENS, objeto deste procedimento licitatório, deverão ser entregues nos termos e prazos indicados no Anexo IX, mediante o recebimento da Nota de Empenho pela empresa.
- 4.8. O licitante vencedor se obriga a prestar garantia contra vícios durante o prazo de 30 (trinta) dias, para os gêneros alimentícios e produtos não duráveis, e de 90 (noventa) dias, para os produtos duráveis.
- 4.9. A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

- 5.2. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 5.3. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:
- 5.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 5.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal CEF;
- 5.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;
  - 5.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei:

- 5.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 5.4. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 5.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

 $EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

 $N = N^{\circ}$  de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.6. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar o fornecimento dos materiais de acordo com as especificações e quantidades



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

constantes nos itens 6 e 7 deste Termo de Referência.

- **6.2** Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o material que vier a ser recusado.
- **6.3** Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços.
- 6.4 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes no Edital.
- **6.5** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.
- **6.6** Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.
- **6.7** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
- **6.8** Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS.
- **6.9** Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos ITENS, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **6.10** A entrega do(s) produto(s) deverão ser efetuadas de acordo com o solicitado pela Secretaria, nos termos estabelecidos nos itens 6 e 7 deste Edital devendo a CONTRATADA, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 72 (setenta e duas) horas, MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA após o recebimento do chamado.
- **6.11** A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.
- **6.12** Demais condições constam nas disposições editalícias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **7.1** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- **7.2** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- **7.3** Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;
- **7.4** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- **7.5** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.
- 7.6 Essa Administração Municipal não se obriga a adquirir os itens registrados dos



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

licitantes vencedores, no todo ou em partes, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade ou condições, conforme estabelecido no § 4°, do Art. 15. da Lei n.º 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67, da Lei n° 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados por cada Secretaria participante do certame e/ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes neste Termo de Referência, do edital e do contrato.
- 8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.
- 8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.
- 8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.
- 8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6 Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 3303/2015, serão indicados dois servidores estáveis.

SECRETARIA	FISCAL
SEMAS	FISCAL: Alcesar Cardoso Tavares, matrícula 1883,
	FISCAL SUBSTITUTO: Karina Rodrigues Policarpo Pereira, matrícula 12342
SEMEDI	FISCAL: Valdelucia Matias da Silva, matrícula 8454.
	FISCAL SUBSTITUTO: Tenile Cibele Xavier, matricula 11057-1
SEMSU	FISCAL: José Luiz O. Nascimento, matrícula 8017,
	FISCAL SUBSTITUTO: Roberto Brasilio, matrícula 1397

#### CLÁUSULA NONA - REVISÃO DE PREÇOS

- 9.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.
- 9.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.
- 9.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.
- 9.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.



- 9.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.
- 9.6. No caso de o detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial, deverá demonstrar, de maneira clara, a composição do preço, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de custos).
- 9.7. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração seguencial, para instrução de pedidos de revisão de precos.
- 9.8. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.
- 9.9. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/ Cadastrada no Registro de Preços será mantido durante a vigência do Registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.
- 9.10. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (<a href="www.diariomunicipal.com.br/amp">www.diariomunicipal.com.br/amp</a>).
- 9.11. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.
- 9.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

- 10.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:
- 10.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:
  - a) Não celebrar o contrato;
  - b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
  - c) Apresentar documentação falsa;
  - d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - e) Não mantiver a proposta;
  - f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - g) Comportar-se de modo inidôneo;
  - h) Cometer fraude fiscal
- 10.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:
  - 10.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:
- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.



- 10.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 ( cinco ) dias uteis.
- 10.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termo do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;
- 10.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
  - 10.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:
- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.
- 10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.
- 10.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.
- 10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.
- 10.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.
- 10.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.
- 10.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.
- 10.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- 11.1 A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades especificadas neste instrumento.
- 11.2. A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento, não afetando a Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO:

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

13.1. Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.2.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar 123 e alterações 'pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passiveis de aplicação ao caso.
- 15.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boafé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, de de 2018.
SECRETÁRIO MUNICIPAL
(Nome da empresa)
Testemunha
Testemunha



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO IV**

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura Municipal de Paranaguá
Empresa:
Denominação social:
Inscrição estadual ou municipal: CNPJ:
Endereço: E-mail: Telefone:

- 1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico n.º 065/2018.
- 2) Proponho executar os lotes abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos
- 3) Nos preços ofertados já estão <u>inclusos</u> os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;
  - 4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

	COTA 25% EXCLUSIVA PARA ME E EPP				
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM
1	UND	BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO— Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da	3		
		cadeira envolvido por tubos de aço			



		garantindo maior segurança – A cadeira de		
		rodas é colocada no balanço pela parte		
		lateral do balanço através de uma		
		plataforma em forma de rampa O		
		movimento de balanço feito através de		
		tubos de aço, em vez de correntes onde o		
		balançar é desordenado.		
		* Rampa de acesso inclusa		
		* Dimensões aproximadas: comprimento:		
		2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m		
		* Capacidade de carga até 100 kg		
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante.		
		*DENTRO DAS NORMAS DE		
		SEGURANÇA DA ABNT		
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA		
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR		
		QUÍMICO OU CONCRETO.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
	1			
		CONTA DA CONTRATADA.		
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO -	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante	4	
2	UND	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO – Estrutura em aço reforçado; - Pintura epóxi permitindo maior durabilidade; - Suporte da cadeira envolvido por tubos de aço garantindo maior segurança; - A cadeira de rodas é colocada no balanço pela parte traseira para facilitar o acesso – O movimento de balanço feito através de tubos de aço, ao invés de correntes onde o balançar é desordenado.  * Dimensões aproximadas: altura: 1,70 mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40 mts.  * Capacidade de carga de até 180 kg OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1	4	



		CONTA DA CONTRATADA, COM		
		CHUMBADOR QUÍMICO OU		
		CONCRETO.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
		CONTA DA CONTRATADA.		
		CARROSSEL ADAPTADO -Estrutura em		
		aço reforçado, pintura em epóxi, base de		
		sustentação formada por um anel circular		
		primário e anel secundários ligados por		
		nervuras que convergem para o centro, os		
		receptáculos onde ficam as cadeiras de		
		rodas possuem grades de proteção e freios		
		para as rodas traseiras das cadeiras,		
		guarda-sol e plataforma em fibra de vidro		
		reforçado e colorido, a base possui		
		rebaixos para as rodas da cadeira de rodas		
		e com rolamentos blindados no eixo		
3	UND	central.	3	
		* Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m		
		diâmetro: 2,20 m		
		* Capacidade de carga de até 200 kg		
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2		
		pessoas não cadeirantes *DENTRO		
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		
		ABNT *INSTALAÇÃO POR		
		CONTA DA CONTRATADA, COM		
		CHUMBADOR QUÍMICO OU		
		CONCRETO.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
		CONTA DA CONTRATADA.		
4	UND	GANGORRA ADAPTADA –Estrutura	3	
		tubular em aço, sistema de trava para		
		prender a criança ao banco.		
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x		
		0,75 alt.		
		* Capacidade de carga de até 180 kg		



1	I and the second
	CONTRATADA, COM CHUMBADOR
	*INSTALAÇÃO POR CONTA DA
	SEGURANÇA DA ABNT
	*DENTRO DAS NORMAS DE
	sendo dois cadeirantes e quatro pessoas não cadeirante.
	OBS.: capacidade para até seis usuários
	terceiros.
	cadeirante possa utilizar sem ajuda de
UND	* Projetado para que o próprio usuário
	para o usuário.
	desloque durante o uso rampas de acesso
	* Travas para que o usuário não se
	mm.
	antiestético, diâmetro aproximado de 2450
	moldado com proteção anti-uv e
	assentos em polietileno micronizado e roto
	Chapas antiderrapantes em alumínio e
	preparados em pintura eletrostática
	Produzido em tubos 31 mm – DIN 2440,
-	CONTA DA CONTRATADA. GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES -
	*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR
	QUÍMICO OU CONCRETO.
	CONTRATADA, COM CHUMBADOR
	*INSTALAÇÃO POR CONTA DA
	NORMAS DE SEGURANÇA DA ABNT
	pessoas não cadeirantes *DENTRO DAS
	UND



	LOTES COTA GERAL 75%					
LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE POR ITEM	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL POR ITEM	
		BALANÇO INDIVIDUAL ADAPTADO-				
		Estrutura em aço reforçado; - Pintura				
		epóxi permitindo maior durabilidade; -				
		Suporte da cadeira envolvido por tubos				
		de aço garantindo maior segurança – A				
		cadeira de rodas é colocada no balanço				
		pela parte lateral do balanço através de				
		uma plataforma em forma de rampa O				
		movimento de balanço feito através de				
		tubos de aço, em vez de correntes onde				
		o balançar é desordenado.				
6	UND	* Rampa de acesso inclusa	10			
		* Dimensões aproximadas: comprimento:				
		2,00 m largura: 2,50 m altura: 1,75 m				
		* Capacidade de carga até 100 kg				
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante.				
		*DENTRO DAS NORMAS DE				
		SEGURANÇA DA ABNT				
		*INSTALAÇÃO POR CONTA DA				
		CONTRATADA, COM CHUMBADOR				
		QUÍMICO OU CONCRETO.				
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR				
7	UND	CONTA DA CONTRATADA.  BALANÇO FRONTAL ADAPTADO -	13			
'	CIND	Estrutura em aço reforçado; - Pintura	13			
		epóxi permitindo maior durabilidade; -				
		Suporte da cadeira envolvido por tubos				
		de aço garantindo maior segurança; - A				
		cadeira de rodas é colocada no balanço				
		pela parte traseira para facilitar o acesso				



		ABNT *INSTALAÇÃO POR		
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		
		pessoas não cadeirantes *DENTRO		
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2		
		* Capacidade de carga de até 200 kg		
		diâmetro: 2,20 m		
		* Dimensões aproximadas: altura: 2,40 m		
		eixo central.		
		de rodas e com rolamentos blindados no		
		possui rebaixos para as rodas da cadeira		
		fibra de vidro reforçado e colorido, a base		
		das cadeiras, guarda-sol e plataforma em		
		proteção e freios para as rodas traseiras		
		cadeiras de rodas possuem grades de		
		o centro, os receptáculos onde ficam as		
		ligados por nervuras que convergem para		
		de sustentação formada por um anel circular primário e anel secundários		
		em aço reforçado, pintura em epóxi, base		
8	UND	CARROSSEL ADAPTADO –Estrutura	11	
		CONTA DA CONTRATADA.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
		CONCRETO.		
		CHUMBADOR QUÍMICO OU		
		CONTA DA CONTRATADA, COM		
		ABNT *INSTALAÇÃO POR		
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		
		OBS.: Para 1 pessoa cadeirante e 1 pessoa não cadeirante *DENTRO		
		* Capacidade de carga de até 180 kg		
		mts.		
		mts largura: 1,50 mts comprimento: 2,40		
		* Dimensões aproximadas: altura: 1,70		
		onde o balançar é desordenado.		
		de tubos de aço, ao invés de correntes		
		O movimento de balanço feito através		



		CONTA DA CONTRATADA, COM		
		CHUMBADOR QUÍMICO OU		
		CONCRETO.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
		CONTA DA CONTRATADA.  GANGORRA ADAPTADA -Estrutura		
		tubular em aço, sistema de trava para		
		prender a criança ao banco.		
		* Dimensões aproximadas: 3,00 x 1,20 x		
		0,75 alt.		
		* Capacidade de carga de até 180 kg		
		OBS.: Para 2 pessoas cadeirantes e 2		
9	UND	pessoas não cadeirantes *DENTRO	12	
		DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA		
		ABNT *INSTALAÇÃO POR		
		CONTA DA CONTRATADA, COM		
		CHUMBADOR QUÍMICO OU		
		CONCRETO.		
		*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR		
		CONTA DA CONTRATADA.		
10	UND	GIRA - GIRA PARA CADEIRANTES -	11	
		Produzido em tubos 31 mm – DIN 2440,		
		preparados em pintura eletrostática		
		Chapas antiderrapantes em alumínio e		
		assentos em polietileno micronizado e		
		roto moldado com proteção anti-uv e		
		antiestético, diâmetro aproximado de		
		2450 mm.		
		* Travas para que o usuário não se		
		desloque durante o uso rampas de		
		acesso para o usuário.		
		* Projetado para que o próprio usuário		
		cadeirante possa utilizar sem ajuda de		
		terceiros.		
		OBS.: capacidade para até seis usuários		
		sendo dois cadeirantes e quatro pessoas		



#### COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

não cadeirante.
*DENTRO DAS NORMAS DE
SEGURANÇA DA ABNT
*INSTALAÇÃO POR CONTA DA
CONTRATADA, COM CHUMBADOR
QUÍMICO OU CONCRETO.
*PREPARAÇÃO DO TERRENO POR
CONTA DA CONTRATADA.

#### Observações:

- 1- Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.
  - 2 A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.
- 3 Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

	Paranaguá ,	_ de	_ de 2018.	
	Nom	e da Empresa		
		CNPJ:		
– (Assinat	ura do Represer	ntante I egal da	 a Empresa licitante	٠)



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO V**

# **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 065/2018
REGISTRO DE PREÇOS: Nº 053/2018

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, n.º 065/2018, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá –PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

	Paranaguá	, de	·	_de 2018	
	N	lome da	Empresa		
		CN	NPJ:		
-			<del></del>		
(Assinat	ura do Repre	sentan	te Legal da	Empresa	— a licitante)



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO VI**

# DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei  $n^{\circ}$  8.666/1993, acrescido pela Lei  $n^{\circ}$  9.854/1999, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.									
Ressalva:									
( ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.									
Paranaguá, de de 2018									
<del></del>									
Assinatura e Carimbo									

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO VII**

# DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa,
inscrita no CNPJ no, cumpre os requisitos legais para a qualificação como
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar n. 123, de
14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido
estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.
Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do
parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a
promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida
para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.
Paranaguá , de de 2018
Assinatura e carimbo



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO VIII**

# DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

							(IVIO	delo)							
A emp	resa														, CNPJ
nº			,	com	1 5	sede	е	em							
										_(ende	ereço	cor	npleto),	por	intermédio
de seu	represe	entante	legal,	infra-a	ssina	do, p	ara c	cumpri	mento	do pi	evist	o no	inciso V	′II d	o art. 4º da
Lei nº	10.52	0/2002	e pa	ra os	fins	do	PRE	EGÃO	ELE	TRÔN	ICO	N°	065/201	18,	DECLARA
express	samente	e que c	umpre	plenar	nente	os r	equis	sitos de	e habi	ilitação	exig	idos	no Edita	al.	
			Paran	aguá ,			de			de 201	8				

Assinatura e carimbo



# COM COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

#### **ANEXO IX**

#### DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ÓRGÃO EMISSOR:
e de
Carimbo